

TÍTULO 35 – SUBVENÇÃO DIRETA AO PRODUTOR EXTRATIVISTA – SDPE

(*)

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 012, DE 16/06/2009

- 1) **FINALIDADE:** proporcionar, por meio de subvenção, que o Extrativista receba um bônus ao comprovar que efetuou a venda de seu produto por preço inferior ao mínimo fixado pelo Governo Federal.
- 2) **BENEFICIÁRIOS:** Extrativistas ou grupo de Extrativistas portadores de DAP, suas Associações e Cooperativas portadoras de DAP Jurídica.
- 3) **NATUREZA DA OPERAÇÃO:** pagamento de subvenção direta ao extrativista.
- 4) **OBJETO DA OPERAÇÃO:** pagamento de subvenção diretamente ao Extrativista que efetuar venda de seu produto por preço de mercado e este for inferior ao Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal, com escoamento deste produto para fora da zona de produção. Entende-se por escoamento a retirada do produto do local de depósito do Extrativista ou Associação ou Cooperativa, após fiscalização pela Conab.
- 5) **PERÍODO DE OPERAÇÃO:** de acordo com as normas específicas para cada produto.
- 6) **PRODUTOS AMPARADOS:** todos os amparados pela PGPM e de acordo com as respectivas normas específicas.
- 7) **ÁREA DE APOIO:** refere-se ao local/região/UF da produção e será indicada nas normas específicas para cada produto.
- 8) **PREÇOS MÍNIMOS:** de acordo com as normas específicas para cada produto, com o valor do produto sendo o correspondente ao do local/região/UF da produção.
- 9) **CARACTERÍSTICA DO PRODUTO:** será fixada nas normas específicas para cada produto.
- 10) **DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:**
 - 10.1) Se a operação for realizada diretamente pelo Extrativista ou grupo de Extrativistas, apresentar à Conab, cópia do CPF regular, 2.ª via da Nota Fiscal de Venda, cópia da Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP, Banco, Agência e Conta Corrente para o recebimento da subvenção.
 - 10.2) Se a operação for realizada com Nota Fiscal de Compra emitida pelo adquirente (comerciante ou Cooperativa ou usina ou indústria) em nome do Extrativista, entregar à Conab a 2.ª via desta nota, cópia do CPF regular, cópia da DAP, Banco, Agência e Conta Corrente para o recebimento da subvenção.
 - 10.2.1) Quando a comercialização for realizada com grupo de Extrativistas o adquirente (comerciante ou Cooperativa ou usina ou indústria) poderá emitir Nota Fiscal de Compra, anexando lista dos Extrativistas apresentando Nome, CPF, N.º da DAP, preço de Venda, quantidade, valor total da aquisição, Banco, Agência e Conta Corrente de cada Extrativista para o recebimento da subvenção.
 - 10.3) Se a operação for realizada diretamente pelo Extrativista ou grupo de Extrativistas apresentar à Conab a 2.ª via da Nota Fiscal de Venda emitida por Associação ou Cooperativa que os represente, cópia da DAP do Extrativista, Banco, Agência e Conta Corrente de cada Extrativista para o recebimento da subvenção.

TÍTULO 35 – SUBVENÇÃO DIRETA AO PRODUTOR EXTRATIVISTA – SDPE

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 012, DE 16/06/2009

10.4) Se a operação for realizada diretamente pela Associação ou Cooperativa dos Extrativistas, apresentar cópia da DAP Jurídica, CNPJ, Banco, Agência e Conta Corrente da Associação ou Cooperativa, para o depósito da subvenção, e listagem de beneficiários contendo: nome, n.º do CPF, n.º da DAP do Extrativista, preço de venda, quantidade, valor total de venda, além da 2.ª via da Nota Fiscal de Venda com destaque dos impostos, se devidos, de acordo com a legislação estadual específica.

10.4.1) Ou ainda a 2.ª via da Nota Fiscal de Compra emitida pelo adquirente (comerciante ou Cooperativa ou indústria) em nome da Associação, com destaque dos impostos, se devidos, de acordo com a legislação estadual específica, anexando a listagem dos beneficiários, contendo: nome, n.º do CPF, n.º da DAP do Extrativista, preço de venda, quantidade, valor total de venda.

10.5) Outros documentos que venham a ser solicitados nas normas específicas de cada produto.

11) OUTRAS EXIGÊNCIAS:

11.1) Se o Extrativista receber a subvenção diretamente da Conab, este deverá estar em situação fiscal regular, entendendo-se por esta a correta inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

11.2) Se a Associação ou Cooperativa receber a subvenção pela Conab e depois repassar aos Extrativistas, esta deverá estar em situação fiscal regular, entendendo-se por esta a correta inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas, bem como sem impedimentos perante o INSS e FGTS. A Associação ou Cooperativa de Extrativistas deve manter o recibo de repasse da subvenção aos Extrativistas obedecendo a listagem de beneficiários entregue a Conab, por no mínimo 5 (cinco) anos, para efeito de fiscalização.

12) CÁLCULO DO VALOR DA SUBVENÇÃO: o valor da subvenção a ser pago pelo Governo Federal será fixado na norma específica. Exclusivamente no caso das cooperativas o valor será dado pela soma da quantidade entregue comprovadamente por cada extrativista. O cálculo do valor da subvenção será efetuado pela aplicação da seguinte fórmula:

$$V_{su} = Q_{Li} (P_{Mi} - P_{Me})$$

Onde: V_{su} = Valor da Subvenção a ser paga em R\$;

Q_{Li} = Quantidade líquida do produto objeto da subvenção em kg;

P_{Mi} = Preço Mínimo fixado pelo Governo Federal em R\$/kg;

P_{Me} = Preço Constante na Nota Fiscal de Venda ou de Compra, em R\$/kg.

13) CONTROLE DA OPERAÇÃO: a Conab deverá manter atualizada planilha de preços de mercado dos produtos, por região produtora, como forma de identificar possíveis subfaturamentos nas Notas fiscais de Venda, restringindo o pagamento até o limite máximo estipulado nas Normas específicas por produto.

14) LIMITE DA SUBVENÇÃO: o limite máximo de subvenção para cada Extrativista será definido nas normas específicas. Não será paga a subvenção quando o valor da Nota Fiscal for inferior à pesquisa de preços de mercado validada pela Conab.

15) FISCALIZAÇÃO: a Conab poderá verificar, quer seja no local de guarda pelo Extrativista ou pela Associação ou pela Cooperativa, ou ainda no estabelecimento do comprador, a existência do produto amparado pela documentação específica, assim como sua correção.

TÍTULO 35 – SUBVENÇÃO DIRETA AO PRODUTOR EXTRATIVISTA – SDPE

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 012, DE 16/06/2009
--

16) PENALIDADE: caso seja constatada alguma irregularidade na operação, o extrativista ficará impedido de operar com a Conab por um período de 2 (dois) anos.

17) PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO:

17.1) Nas alternativas apresentadas nos subitens 10.1 ou 10.2 ou 10.3, o pagamento será efetuado individualmente a cada Extrativista em conta corrente ou na forma de disposição em caixa diretamente na instituição bancária no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da entrega da documentação. Para tanto, deverá ser indicado o Banco, a Agência e o número da Conta Corrente, onde será efetuado o depósito.

17.2) Na alternativa apresentada no subitem 10.4, o pagamento será efetuado a Cooperativa ou Associação, em conta corrente no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data da entrega da documentação. Para tanto, deverá ser indicados o Banco, a Agência e o número da Conta Corrente, onde será efetuado o depósito.

17.3) Ao receber a documentação, a Conab procederá a sua conferência, caso esteja em desacordo, será devolvida ao interessado para fins de ajustes ou complementos.

18) AMPARO LEGAL: artigo 3.º da Lei n.º 11.326, de 24/07/2006 e art. 48.º da Lei n.º 11.775, de 17/09/2008, inciso IV.

19) CASOS OMISSOS: os casos omissos ou de natureza específica serão dirimidos pela Conab.